

Sociedade
Pernambucana de
Combate ao Câncer
Unidade
Pernambucana de
Atenção
Especializada
- UPAE Belo Jardim

**Demonstrações financeiras "carve-
out" em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras "carve-out"	3
Balanço patrimonial "carve-out"	6
Demonstração do resultado "carve-out"	7
Demonstração do resultado abrangente "carve-out"	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido "carve-out"	9
Demonstrações dos fluxos de caixa "carve-out" - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras “carve-out”

**Aos Associados e Diretores da
Unidade Pernambucana de Atenção Especializada - UPAE Belo Jardim, filial da
Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer - SPCC
Recife – PE**

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras “carve-out” relativas a Unidade Pernambucana de Atenção Especializada - UPAE Belo Jardim (“Entidade”), filial da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer - SPCC, que compreendem o balanço patrimonial “carve-out” em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado “carve-out”, do resultado abrangente “carve-out”, das mutações do patrimônio líquido “carve-out” e dos fluxos de caixa “carve-out” para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelo possível efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras “carve-out” acima referidas, apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira “carve-out” da Unidade Pernambucana de Atenção Especializada - UPAE Belo Jardim, filial da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer - SPCC, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações “carve-out” e os fluxos de caixa “carve-out” para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa nº 9, o balanço patrimonial “carve-out” em 31 de dezembro de 2021 apresenta no ativo não circulante na rubrica de “Contas a receber - Contrato de gestão” o montante total de R\$ 3.205 mil (R\$ 3.250 em 31 de dezembro de 2020), que refere-se aos valores de repasses previstos no Contrato de Gestão assinado junto à Secretaria de Saúde de Pernambuco – SES, os quais encontram-se vencidos desde exercícios anteriores. A Entidade não elaborou uma análise de perdas esperadas sobre esse saldo, conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Se a Entidade tivesse efetuado as referidas análises, certos elementos das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios anteriores poderiam ser afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável por nós quantificar os efeitos desse assunto sobre as demonstrações financeiras “carve-out”.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras “carve-out””. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante sobre a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.3 às demonstrações financeiras “*carve-out*”, que indica que a Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer (“SPCC”) incorreu no déficit de R\$ 18.925 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, nessa data, o passivo circulante da SPCC excedeu o total do ativo em R\$ 17.134 mil. Conforme apresentado na nota explicativa nº 1.3, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa nº 1.3, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da SPCC. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfases

Base de elaboração das demonstrações financeiras “*carve-out*”

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras “*carve-out*”. As demonstrações financeiras “*carve-out*” podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se a filial Unidade Pernambucana de Atenção Especializada - UPAE Belo Jardim juntamente com a matriz Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer - SPCC tivessem operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras “*carve-out*” foram elaboradas para serem utilizadas no processo de prestação de contas junto à Secretaria Estadual de Saúde – SES, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras “*carve-out*”

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras “*carve-out*” de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir que a elaboração de demonstrações financeiras “*carve-out*” estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras “*carve-out*”, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras “*carve-out*”, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras “*carve-out*”

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras “*carve-out*”, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras “*carve-out*”. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras “*carve-out*”, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras “*carve-out*” ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras “*carve-out*”, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras “*carve-out*”, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 25 de outubro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC PE-000904/F-7



Raniery Borges Marques
Contador CRC 1SP217700/O-3

**Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer Unidade
Pernambucana de Atenção Especializada - UPAE Belo Jardim**

Balço patrimonial "carve-out" em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.664	1.739	Fornecedores	12	40	65
Estoques	8	192	115	Obrigações tributárias	13	47	48
Contas a receber - Contrato de gestão	9	-	450	Obrigações trabalhistas e sociais	14	446	473
Outros ativos		83	32				
Total do ativo circulante		2.939	2.336	Total do passivo circulante		533	586
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Contas a receber - Contrato de gestão	9	3.205	3.250	Mútuo com partes relacionadas	10	-	4
Mútuo com partes relacionadas	10	-	400	Obrigações trabalhistas e sociais	14	553	490
Depósitos judiciais		-	7	Provisão para contingências	15	29	36
Total do realizável a longo prazo		3.205	3.657	Total do passivo não circulante		582	530
Imobilizado	11	65	41	Patrimônio líquido	16		
Total do ativo não circulante		3.270	3.698	Patrimônio social		4.918	4.083
				Superávit acumulado		176	835
Total do ativo		6.209	6.034	Total do patrimônio líquido		5.094	4.918
				Total do passivo e patrimônio líquido		6.209	6.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out".

Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer Unidade de Atenção Especializada - UPAE Belo Jardim

Demonstração do resultado “carve-out”

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	17	5.400	5.400
Custos operacionais	18	<u>(4.344)</u>	<u>(3.887)</u>
Resultado bruto		1.056	1.513
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(891)	(572)
Outras despesas operacionais, líquidas		<u>(9)</u>	<u>(98)</u>
	19	(900)	(670)
Resultado financeiro, líquido			
Receitas financeiras	20	38	7
Despesas financeiras	20	<u>(18)</u>	<u>(15)</u>
		20	(8)
Superávit do exercício		<u>176</u>	<u>835</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras “carve-out”.

**Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer Unidade
de Atenção Especializada - UP AE Belo Jardim**

Demonstração do resultado abrangente “*carve-out*”

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Superávit do exercício	176	835
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultados abrangente total	<u>176</u>	<u>835</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras “*carve-out*”.

**Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer Unidade
Pernambucana de Atenção Especializada - UPAE Belo Jardim**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido "carve-out"

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		3.648	435	4.083
Incorporação do superávit do ano anterior	16	435	(435)	-
Superávit do exercício		-	835	835
Saldos em 31 de dezembro de 2020		4.083	835	4.918
Incorporação do superávit do ano anterior	16	835	(835)	-
Superávit do exercício		-	176	176
Saldos em 31 de dezembro de 2021		4.918	176	5.094

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out".

Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer Unidade de Atenção Especializada - UPAE Belo Jardim

Demonstração dos fluxos de caixa "carve-out" - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		176	835
<i>Ajustes:</i>			
(Reversão) provisão para contingências	15	<u>(7)</u>	<u>36</u>
Superávit ajustado		169	871
(Aumento)/redução nos ativos em:			
Contas a receber - Contrato de gestão		495	-
Estoques		(77)	(29)
Outros ativos e depósitos judiciais		(44)	(13)
Aumento/(redução) nos passivos em:			
Fornecedores		(25)	(22)
Obrigações tributárias		(1)	(11)
Obrigações trabalhistas e sociais		<u>36</u>	<u>71</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		553	867
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento de mútuo com partes relacionadas		400	-
Aquisição de bens de imobilizado	11	<u>(24)</u>	<u>(5)</u>
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimentos		376	(5)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de empréstimos com partes relacionadas		<u>(4)</u>	<u>(2)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento		(4)	(2)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>925</u>	<u>860</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1 de janeiro	7	1.739	879
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	7	<u>2.664</u>	<u>1.739</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>925</u>	<u>860</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out".

Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer (“SPCC”) qualificada como Organização Social, é uma associação civil de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o N° 10.894.988/0001-33, com sede e administração na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, com endereço na Avenida Cruz Cabugá, nº 1.597, Santo Amaro, CEP 50.040-000, com duração indeterminada, fundada em 09 de novembro de 1948, com natureza de pessoa jurídica de direito privado, que se rege pelas disposições do seu Estatuto e pela legislação pertinente.

A SPCC tem por objeto o gerenciamento, a operacionalização e a execução de ações e serviços de saúde, é reconhecido como entidade de utilidade pública federal pelo Decreto nº 67.087, de 20 de agosto de 1970, e de utilidade pública estadual pela Lei nº 1.568, de 04 de dezembro de 1952.

Segundo o Estatuto Social da SPCC, os membros do conselho de administração e do conselho fiscal são vedados de receberem a qualquer título, direta ou indiretamente, remuneração ou qualquer vantagem em razão das suas funções. O resultado anual, se superavitário, é aplicado na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades sociais.

Em 03 de fevereiro de 2014 o SPCC aprovou e ratificou a criação e administração da filial Unidade Pernambucana de Atenção Especializada – UPAE Belo Jardim (“Entidade” ou “UPAE Belo Jardim”), situada na Rodovia BR 232, Km 185, Belo Jardim, Pernambuco, CEP: 55.150-790, a qual teve suas atividades iniciadas em abril de 2014. Na ocasião, a SPCC foi classificada em processo licitatório por meio do Contrato firmado em 03 de março de 2014 com o Estado de Pernambuco por intermédio da Secretaria Estadual de Saúde – SES, sob o registro de Contrato de Gestão N° 004/2014, para realizar a gestão da Unidade Pernambucana de Atenção Especializada - UPAE Belo Jardim, objeto de abertura da filial: UPAE Belo Jardim, a qual tem por finalidade desenvolver as seguintes atividades:

- Atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências;
- Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos;
- Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares;
- Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente;
- Laboratórios de anatomia patológica e citológica;
- Laboratórios clínicos;
- Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia;
- Atividade de enfermagem; e
- Atividades de profissionais da nutrição; e atividades de fonoaudiologia.

1.1 Contrato de gestão - Unidade Pernambucana de Atenção Especializado – UPAE Belo Jardim

Em 03 de março de 2014 foi firmado o Contrato de Gestão Nº 004/2014 entre o Estado de Pernambuco, por intermédio da Secretaria Estadual de Saúde – SESPE, e a Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer – SPCC, sob intervenção estadual, nos termos do Decreto nº 30.336 de 14 de abril de 2007 e prorrogações posteriores, o que perdurou até 11 de abril de 2015. O prazo de vigência do Contrato de Gestão são de 02 (dois) anos, contados da assinatura do instrumento, renovável por sucessivos períodos até o limite máximo de 10 (dez) anos, encerrando em 2024. O valor global anual está estimado em R\$ 5.400, mediante a liberação de 12 (doze) parcelas mensais consecutivas no valor de R\$ 450 e está sujeita ao acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte da Secretaria de Estado de Saúde - SES.

As demonstrações financeiras “*carve-out*” foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional, onde as atividades desenvolvidas pela filial UPAE Belo Jardim estão atreladas a metas descritas no contratos de gestão e aditivos, firmados entre o Estado de Pernambuco, através da Secretaria Estadual de Saúde (SES) e a Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer, a qual depende do recebimento de repasse de recursos da SES para manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro, bem como da renovação do Contrato de gestão cujo 9º. Termo aditivo se encerrará em 03 de março de 2022, o qual foi devidamente prorrogado, vide nota explicativa nº 26.

1.2 COVID 19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e poderiam gerar impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

O Governo do Estado de Pernambuco, por meio da Lei Complementar nº: 425/2020 de 25 de março de 2020, dispôs sobre os procedimentos para contratações destinadas ao fornecimento de bens, à prestação de serviços, à locação de bens e à execução de obras necessárias ao enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus no âmbito do Poder Executivo Estadual em seu o art. 3º, §5º, aprova que: “Nas contratações firmadas com Organizações Sociais de Saúde, Hospitais de Ensino e Hospitais Filantrópicos, em curso, ficam suspensas as obrigações relacionadas ao cumprimento das metas pactuadas, a apresentação dos respectivos relatórios de acompanhamento e avaliação, previstas no art. 14 da Lei nº 15.210, de 19 de dezembro de 2013, e Portarias do Ministro da Saúde, bem como outras formalidades incompatíveis com a situação de emergência, devendo ser estabelecido regime de transição para a execução dos referidos contratos durante este período.

Em virtude da pandemia de COVID 19 as atividades assistenciais da UPAE Belo Jardim foram suspensas em 25 de março de 2020 e retomadas em 15 de junho de 2020, neste período a unidade teve mantida o recebimento regular dos seus recursos mensais e adotou medidas administrativas cabíveis para redução dos gastos da unidade com a finalidade de atender os princípios de economicidade e eficiência dos recursos.

Devido à necessidade de manter o atendimento de forma segura, a UPAE Belo Jardim garante aos pacientes, acompanhantes, colaboradores e profissionais de saúde que atuam nos serviços, medidas preventivas voltadas à contenção da curva de disseminação da Covid-19 que incluem os cuidados com higiene e distanciamento social. Em 06 de dezembro de 2021 entrou em vigor o decreto nº 51.864 que estabelece a obrigatoriedade da comprovação de vacinação contra a COVID-19, para ingresso e permanência nos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado de Pernambuco.

A Entidade se manteve aberta durante todo o ano de 2021, cumprindo com suas atividades previstas no Contrato de Gestão de acordo com a demanda oriunda da central de regulação, a SES manteve o repasse regular dos seus recursos mensais. A Administração adotou medidas administrativas cabíveis para redução dos gastos da unidade com a finalidade de atender os princípios de economicidade e eficiência dos recursos.

A Entidade apresentou, em 31 de dezembro de 2021, uma posição de caixa e equivalentes no montante de R\$ 2.664 (R\$ 1.739 em 2020), montante suficiente para atender aos compromissos financeiros e também às compromissos adicionais que podem surgir como resultado da pandemia. A Administração da Entidade continua monitorando suas operações e não identificou nenhum evento que pudesse indicar indícios de *impairment* e/ou de não realização de seus ativos.

1.3 Situação financeira, Planos da Administração e Continuidade operacional da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer (“SPCC” ou “Sociedade”)

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir com suas obrigações por meio de contribuições financeiras suficientes para gerar fluxo de caixa futuro originadas conforme plano de reestruturação operacional, novos investimentos, repactuação contratual e reequilíbrio financeiro das unidades de gestão.

A Sociedade, matriz da UPAE Belo Jardim (“Entidade” ou “filial”) apresentou déficit de R\$ 18.925 em 31 de dezembro de 2021 (Superávit de R\$ 8.633 em 2020). Nessa data, a Sociedade apresenta Capital Circulante Líquido (CCL) negativo, ou seja, o passivo circulante excede o ativo circulante, em R\$ 17.134 (positivo de R\$ 15.999 em 2020), devido, substancialmente, ao acúmulo de obrigações de pagamento aos fornecedores, trabalhistas e sociais, e de convênios.

Além disso, a Sociedade apresenta fluxo de caixa operacional negativo de R\$ 2.025 (positivo de R\$ 7.738 em 2020).

A Administração da SPCC reforça o seu compromisso com a continuidade das suas operações através das medidas descritas abaixo, que têm o objetivo de mitigar os eventos e condições que indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida quanto à sua continuidade operacional. No entanto, uma vez que o sucesso de tais medidas não está sob o controle da Sociedade visto que a aprovação dos reequilíbrios financeiros dependem de terceiros, dessa forma, a Administração não pode assegurar que estas ações produzirão os desejados efeitos de sua implementação.

A Sociedade é responsável pela gestão e operacionalização das filiais relacionadas abaixo, cujos principais indicadores financeiros estão apresentados a seguir:

Em 31 de dezembro de 2021 (R\$ mil)						
Filial	Contrato	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado	CCL
Hospital da Mulher – HMR	028/2016	10.813	19.613	(8.800)	(9.659)	(11.241)
Hospital do Câncer	-	99.392	95.900	3.492	(4.623)	(12.486)
Hospital Provisório do Recife - HPR	Encerrado	4.239	2.479	1.760	(2.866)	1.434
UPAE Caruaru	003/2018	4.979	2.958	2.021	(1.480)	3.020
UPAE Arruda	100/2016	692	1.541	(849)	(518)	(714)
Hospital São Sebastião	002/2018	3.844	3.565	279	(378)	955
UPAE Belo Jardim	004/2014	6.209	1.115	5.094	176	2.403
UPAE Arcoverde	005/2014	5.456	1.280	4.176	423	1.681
Total					(18.925)	(17.134)

A Administração da Sociedade definiu um plano que considera a avaliação constante dos impactos a curto, médio e longo prazos no que diz respeito ao cenário econômico-financeiro e os seus reflexos no desempenho operacional. Com base nesse plano, a Sociedade tem feito ações que possibilitarão a melhoria no resultado operacional e equalização dos demais índices financeiros. Os principais fatores são:

Reestruturação operacional

Durante o exercício de 2020, a Sociedade contratou empresa especializada para auxiliar na reestruturação do desempenho operacional com o objetivo de redução dos custos e redimensionamento do quadro de pessoal. Os projetos de Diagnóstico e Modelagem Organizacional e Dimensionamento do Quadro contemplam os seguintes escopos:

- 1º ciclo do Diagnóstico de modelagem organizacional (início em setembro de 2021 à maio de 2022):
 - Implantação de iniciativas estratégicas;
 - Aumento na produção de quimioterapias;
 - Otimização da gestão de leitos;
 - Ações para redução da volumetria dos estoques;
 - Revisão e padronização de processos na área de suprimentos;
 - Acompanhamento e avaliação de inventários físicos dos estoques; e
 - Estudo de vocação média – procedimento cirúrgico.

- 2º ciclo do Diagnóstico de modelagem organizacional (junho de 2022 à maio de 2022):
 - Continuidade de implantação das iniciativas estratégicas;
 - Reestruturação da Quimioterapia e Radioterapia; e
 - Modelagem financeira para captação de capital externo (empréstimos).
- Dimensionamento do Quadro de Pessoal (julho 2022 à dezembro de 2022):
 - Auditoria da folha de pagamento;
 - Dimensionamento do quadro de colaboradores; e
 - Aprimoramento da estrutura de cargos, carreira e remuneração.

Durante o exercício de 2022 já é possível observar os resultados obtidos por meio das ações implementadas com o fortalecimento dos controles internos e redução dos custos e despesas. A Administração entende que os efeitos das ações serão intensificados no segundo semestre de 2022 e durante o exercício de 2023, com expectativa de maior equilíbrio financeiro e sustentabilidade da Sociedade.

Investimentos

No exercício de 2020 foi iniciada a reforma do Prédio Anexo do Hospital do Câncer, com inauguração em setembro de 2022, proporcionando aumento dos serviços, e quantidade de atendimento aos pacientes e perspectiva de crescimento da produtividade. A reforma do prédio implicará em:

- Aumento do bloco cirúrgico de 07 para 11 salas com 12 leitos de recuperação pós cirúrgico e novo CME (Centro de Material e Esterilização);
- 20 novos leitos de UTIs (Unidade de Terapia Intensiva);
- 26 novos leitos de enfermaria; e
- Aumento dos serviços de Oncohematologia.

Filiais sob gestão

Para as filiais sob gestão, estão previstas duas ações para recuperação e equilíbrio do resultado operacional, sendo elas:

- Reequilíbrio financeiro em função de prestações de contas cujas despesas realizadas foram superiores ao valor contratual, conforme demonstrado a seguir:

Filial	Contrato	Valor reequilíbrio	Previsão reequilíbrio
Hospital da Mulher – HMR	028/2016	5.311	Outubro e novembro de 2022
Hospital da Mulher – HMR	028/2016	4.840	Novembro de 2023
Hospital São Sebastião	002/2018	2.192	Abril de 2023
UPAE Arruda	100/2016	236	Novembro de 2022
UPAE Caruaru	003/2018	-	-
UPAE Belo Jardim	004/2014	-	-
UPAE Arcoverde	005/2014	-	-
Hospital Provisório do Recife - HPR	Encerrado	-	-

- Repactuação contratual, conforme demonstrado a seguir:

Em 31 de dezembro de 2021 (R\$ mil)					
Filial	Contrato	Repasso anual	Repasso previsto	Aumento previsto	Previsão repactuação
Hospital da Mulher – HMR	028/2016	82.044	86.400	4.356	Abr/23 a dez/23
Hospital da Mulher – HMR	028/2016	80.748	82.044	1.296	Out/22 a mar/23
Hospital São Sebastião	002/2018	13.800	17.400	3.600	Nov/22 a dez/23
UPAE Caruaru	003/2018	12.840	16.440	3.600	Abr/23 a dez/23
UPAE Caruaru	003/2018	12.036	12.840	804	Out/22 a mar/23
UPAE Arruda	100/2016	5.760	5.988	228	Nov/22 a dez/23
UPAE Belo Jardim	004/2014	5.400	6.204	804	Out/22 a dez/23
UPAE Arcoverde	005/2014	5.400	5.400	-	-
Hospital Provisório do Recife - HPR	Encerrado	-	-	-	-
Total		218.028	232.716	14.688	

Recursos de terceiros

A Sociedade mantém à sua disposição linhas de crédito junto a Instituições Financeiras a serem utilizadas nas ações decorrentes da reestruturação operacional em desenvolvimento, assim como para suprir eventual necessidade de caixa.

As demonstrações financeiras da Sociedade e da filial foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir com suas obrigações por meio de contribuições financeiras suficientes para gerar fluxo de caixa futuro.

Outrossim, a Administração da SPCC reforça o seu compromisso com a continuidade das suas operações e as medidas descritas acima têm o objetivo de mitigar os eventos e condições que indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida quanto à sua continuidade operacional. No entanto, uma vez que o sucesso de tais medidas não está sob o controle da Sociedade, a Administração não pode assegurar que estas produzirão os desejados efeitos de sua implementação.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras “*carve-out*” foram elaboradas para apresentar a posição financeira histórica dos balanços patrimoniais “*carve-out*” em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e das demonstrações do resultado “*carve-out*”, do resultado abrangente “*carve-out*”, das mutações do patrimônio líquido “*carve-out*” e dos fluxos de caixa “*carve-out*” para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 da filial UPAE Belo Jardim.

As demonstrações financeiras “*carve-out*” da filial UPAE Belo Jardim são derivadas dos registros contábeis e das demonstrações financeiras individuais da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer que foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros.

As demonstrações financeiras “*carve-out*” que estão sendo apresentadas contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial Unidade de Atenção Especializada UPAE Belo Jardim gerida pelo Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer. Dessa forma, não representa a situação financeira e patrimonial do SPCC como um todo (operações e resultados da sede-matriz, decorrentes das atividades hospitalares e das filiais decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas OSS’s).

Ressaltamos que no modelo de contratos de gestão de uma OSS - Organização Social de Saúde, quando existe o término do contrato e não há interesse entre as partes em mantê-lo, o ente público abre processo licitatório para contratação de uma nova entidade privada que passará a gerir o contrato. Portanto, os bens, direitos e deveres da OSS são transferidos de uma entidade privada para outra a partir desse momento. O contrato de gestão em questão segue o mesmo pressuposto e, caso a Entidade manifeste interesse em não renová-lo, o mesmo será devolvido ao ente público que buscará outra entidade privada para assumi-lo.

A emissão das demonstrações financeiras “*carve-out*” foi autorizada pela Administração em 25 de outubro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras “*carve-out*”, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da unidade UPAE Belo Jardim. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras “*carve-out*”, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos, estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

A Entidade não possui transação contábil relevante para a qual fosse necessário a aplicação de julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na nota explicativa nº 15 – Provisão para contingências - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(iii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Entidade requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Entidade tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Entidade.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Entidade reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando disponível, a Entidade mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Entidade utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 21 – Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras “carve-out” foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras “carve-out”, salvo disposição em contrário.

a. Apuração das receitas e despesas

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com a competência no qual o serviço é prestado, metas de atendimento, e pelo valor determinado por meio do Contrato de Gestão, reconhecidos de acordo regime de competência.

As receitas decorrentes de contrato de gestão, doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção, para aplicação específica, e as respectivas despesas são registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da Entidade.

(i) Trabalho voluntário

A Entidade não possui trabalhos voluntários, conforme estabelecido na ITG 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade de Lucros.

b. Resultado financeiro, líquido

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, quando aplicável, tarifas bancárias, despesas com juros sobre fornecedores pelo atraso de pagamentos e apropriação de encargos sobre impostos e contribuições parcelados ou em atraso.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista, poupança, e aplicações financeiras de liquidez imediata.

d. Contas a receber – Contrato de gestão

As contas a receber são demonstradas ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço, ajustados por provisão para perda, se necessário. Uma provisão para perda esperada de créditos é constituída quando existe uma evidência objetiva de uma expectativa futura de perdas da Entidade em relação ao seu contas a receber.

A Entidade receberá recursos financeiros mediante transferências oriundas da Secretaria de Saúde de Pernambuco – SESPE, compostos preponderantemente do atendimento com exclusividade para pacientes da rede SUS. A liberação dos recursos é composta de uma parte fixa de 70% do orçamento mensal e uma parte variável correspondente a 20% do orçamento mensal calculada com base na produção e 10% calculada com base nos indicadores de qualidade, conforme definido no contrato de gestão entre as partes.

e. Estoques

Os estoques de materiais estão avaliados pelo efetivo custo médio de aquisição, os quais não superam os custos de reposição, isso significa que os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O valor realizável líquido é o valor de aquisição para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas com a prestação do serviço.

- **Medicamentos:** Corresponde ao estoque de remédios utilizados na atividade principal da Entidade. O estoque é renovado mensalmente de acordo com a demanda e a necessidade futura de acordo com a complexidade dos pacientes.
- **Materiais médicos e descartáveis:** Corresponde aos estoques de materiais de consumo hospitalar e materiais que colaboram com a higiene e saúde dos pacientes e são utilizados na atividade principal da Entidade. Estes estoques são renovados mensalmente de acordo com a demanda e a necessidade futura, de acordo com a complexidade dos pacientes.
- **Nutrição:** São os estoques de alimentos (gêneros secos, hortifrutigranjeiros, carnes e derivados do leite) para serem utilizados na alimentação servida aos pacientes que são atendidos na Entidade.
- **Almoxarifado administrativo:** Composto por material de consumo administrativo. A utilização destes itens depende da demanda, entretanto possuem uma rotina fixa de ressurgimento mensal.
- **Almoxarifado de manutenção:** Composto por peças e material elétrico e hidráulico. A utilização destes itens depende da demanda, entretanto possuem uma rotina fixa de ressurgimento mensal.

A Entidade avalia a composição e giro dos seus estoques a fim de identificar quebras dos processos produtivos, divergências de estoques e existência de itens obsoletos e de baixo giro.

Os fatores de risco são gerenciados à medida das realizações dos inventários realizados ao longo do exercício, e em relação à obsolescência, a partir da avaliação quanto ao giro de estoques e também data de vencimento, caso seja identificado algum fator de risco os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

f. Imobilizado

Bens do patrimônio público recebidos do estado de Pernambuco

Os bens de natureza permanente, adquiridos com recursos do contrato de gestão, são tombados mensalmente pelos Órgãos Contratantes, razão pela qual são registrados como investimento, não havendo depreciação e sendo ainda devolvidos ao final da execução dos projetos.

De acordo com o Contrato de Gestão Nº 004/2014, o imóvel, as instalações, os equipamentos e os utensílios utilizados para o gerenciamento, a operacionalização e a execução de ações e serviços de saúde a serem prestados na Entidade integram o patrimônio público. A Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer deverá manter em perfeitas condições todo esse patrimônio público destinado à execução do contrato de gestão; prestar assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva de forma contínua aos equipamentos e instalações hidráulicas, elétricas e de gases em geral. A Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer se compromete a devolver à Secretaria Estadual de Saúde – SESPE, após o término da vigência do contrato de gestão, toda área, equipamentos, instalações e utensílios, objeto do contrato de gestão, em perfeitas condições de uso, respeitado o desgaste natural pelo tempo transcorrido.

Os bens móveis e o imóvel de propriedade do Estado de Pernambuco referente à Entidade, têm o seu uso permitido pela Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer durante a vigência do Contrato de Gestão, nos termos do Artigo 23 da Lei Estadual 15.210/2013.

Bens móveis adquiridos após o início das atividades do Contrato de Gestão

Os bens móveis adquiridos a partir do início da vigência do contrato de gestão com recursos da Secretaria Estadual de Saúde – SESPE, são considerados bens do patrimônio público, são contabilizados no grupo de contas de Imobilizado no ativo não circulante. Esses bens móveis são mensurados pelo custo histórico de aquisição.

g. Instrumentos financeiros

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob a categoria: mensurados ao custo amortizado.

A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Entidade não possuía ativos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Entidade classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Entidade: caixa e equivalentes de caixa, e Contas a receber - Contrato de gestão.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Entidade são: fornecedores, mútuo com partes relacionadas e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2021 e 2020.

h. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Entidade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Entidade, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

Ativos não financeiros

A Administração da Entidade revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, para determinar se há uma indicação de redução ao valor recuperável ou perda de seu valor recuperável dos ativos. Se tal indicação existir, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil líquido de um ativo exceder seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

i. Patrimônio líquido

Representa o acréscimo dos superávits/déficits apurados anualmente desde sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade. O valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social.

j. Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas quando tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para contingências

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

k. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago caso a Entidade tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Impostos e contribuições

A Entidade, por sua finalidade e objetivos e, mediante art. 170 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), não está sujeito ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A Entidade apresenta anualmente a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), com isso a Entidade é imune do pagamento de imposto de renda e está isenta da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), assim como da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da contribuição patronal à Seguridade Social.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021.

A Entidade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras “*carve-out*”.

As seguintes normas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras “*carve-out*” da Entidade:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23)

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Aplicações financeiras – com restrição	<u>2.664</u>	<u>1.739</u>
	<u>2.664</u>	<u>1.739</u>

Os recursos com restrição mantidos em caixa, contas-correntes e aplicações financeiras referem-se a valores recebidos do contrato de gestão firmado com órgãos governamentais, cuja utilização é restrita a operacionalizar projetos, aquisições e atividades predeterminadas e que poderão estar sujeitos à prestação de contas.

Os recursos estavam aplicados em Certificado de Depósito Bancário – CDB e Renda Fixa com mercado de liquidez, remunerados a uma taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) para 2021 e 2020.

8 Estoques

	2021	2020
Materiais médicos e descartáveis	100	22
Almoxarifados	69	68
Medicamentos	13	7
Nutrição	4	3
Outros insumos assistenciais	6	15
	192	115

A Entidade avaliou seus estoques existentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e concluiu não ser necessária a constituição de provisão para obsolescência dos estoques, estoques de baixo giro, ou itens com data de validade vencida.

9 Contas a receber – Contrato de gestão

	2021	2020
Secretaria de Saúde de Pernambuco - SES (a)	3.205	3.700
	3.205	3.700
Circulante	-	450
Não circulante	3.205	3.250

- (a) O saldo a receber da Secretaria de Estado de Saúde – SESPE em 31 de dezembro de 2021 corresponde à parte das faturas emitidas nos exercícios de 2015 a 2018. Os valores serão repassados e liquidados pelo SESPE de acordo com a necessidade de caixa e durante a vigência do contrato de gestão. Em 26 de março de 2021, houve o recebimento parcial de uma parcela referente ao ano de 2015.

10 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas por necessidade de caixa nas unidades a época, sem prazo de vencimento e sem a incidência de encargos financeiros, conforme segue:

a. Composição dos saldos e transações

	2021	2020
Ativo não circulante		
UPAE Arcoverde	-	400
	-	400
Passivo não circulante		
UPAE Arcoverde	-	4
	-	4

A Entidade apresenta mensalmente esses valores nas prestações de contas junto a SES. Os valores em aberto foram liquidados no exercício de 2021.

b. Remuneração da Administração

A Sociedade tem um Conselho deliberativo, composto por associados de SPCC, eleito pela Assembleia Geral, os quais não fazem jus a qualquer remuneração, conforme disposto no artigo nº 34, do Estatuto Social e também como determina a Lei nº 15.210/13.

11 Imobilizado

	2021	2020
Equipamentos hospitalares	55	33
Móveis e utensílios	10	8
	65	41

Os bens de natureza permanente, adquiridos com recursos do contrato de gestão, são tombados mensalmente pelos Órgãos Contratantes. Durante o exercício de 2021 foram adquiridos imobilizado no total de R\$ 24 (R\$ 5 em 2020), sendo equipamentos hospitalares no valor de R\$ 22 (R\$ 5 em 2020) e móveis e utensílios no valor de R\$ 2 (R\$ 8 em 2020).

12 Fornecedores

Referem-se a obrigações correntes com fornecedores, principalmente de materiais e de serviços hospitalares.

	2021	2020
Fornecedores de materiais/consumos diversos	21	6
Fornecedores de insumos assistenciais	8	4
Fornecedores de serviços	5	48
Outros	6	7
	40	65

13 Obrigações tributárias

	2021	2020
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	35	40
PIS/COFINS/CSLL retido a recolher	4	3
ISS retido a recolher	2	2
INSS retido de terceiros	6	3
	<u>47</u>	<u>48</u>

14 Obrigações trabalhistas e sociais

	2021	2020
Provisão de rescisão (a)	553	490
Provisão para férias e encargos sobre férias	266	275
Salários a pagar (b)	131	143
Encargos trabalhistas sobre folha	40	48
Outras obrigações	9	7
	<u>999</u>	<u>963</u>
Circulante	446	473
Não circulante	553	490

(a) A provisão para rescisões a pagar foi calculada com base em percentuais indicados pela Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco - SESPE. A provisão apresenta uma estimativa de quanto a Entidade teria que desembolsar com todo o quadro de pessoal em caso de não renovação do Contrato de Gestão assinado com a Secretaria Estadual de Saúde – SESPE. De acordo com a expectativa de conclusão do Contrato de Gestão, os montantes com provisão de execução com prazos superiores a 12 meses, a contar da data base do fechamento contábil, são classificados no passivo não circulante.

(b) O saldo corresponde aos valores relativos a folha de pagamento referente a competência do mês de dezembro de 2021, liquidados em janeiro de 2022.

15 Provisão para contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

Em 2021, as provisões para contingências prováveis relacionadas à processos trabalhistas estavam reconhecidas no montante de R\$ 29 (R\$ 36 em 2020).

Movimentação das contingências prováveis

	2020	Adições	Reversões	Encargos	Pagamentos	2021
Processos trabalhistas	<u>36</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29</u>
	<u>2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Encargos</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>2020</u>
Processos trabalhistas	<u>-</u>	<u>36</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36</u>

Contingências possíveis

A Entidade não é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, com o risco de perda como possível.

16 Patrimônio líquido

Patrimônio social

O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos seus objetos sociais e formado pelos superávits dos exercícios sociais. Em 31 dezembro de 2021, o patrimônio social passou a ser R\$ 4.918 (R\$ 4.083 em 2020), decorrente da incorporação do superávit acumulado de 2020 no valor de R\$ 835 (R\$ 435 em 2020).

A Entidade não distribui parcelas do patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

17 Receitas operacional líquida

Durante os exercícios de 2021 e 2020, a receita operacional está composta conforme descrito a seguir:

	2021	2020
Secretaria de Saúde de Pernambuco – SES	<u>5.400</u>	<u>5.400</u>
	<u>5.400</u>	<u>5.400</u>

18 Custos operacionais

Representam os custos dos serviços médicos e hospitalares apresentados a seguir:

	2021	2020
Pessoal	(3.168)	(3.151)
Serviços médicos prestados	(485)	(357)
Medicamentos, materiais hospitalares e descartáveis	(274)	(23)
Serviços laboratoriais	(241)	(160)
Outras despesas com insumos assistenciais	(12)	(12)
Outros custos com serviços	<u>(164)</u>	<u>(184)</u>
	<u>(4.344)</u>	<u>(3.887)</u>

O aumento dos custos em 2021, referem-se ao reestabelecimento do atendimento aos pacientes da Entidade. Em março de 2020, o atendimento aos pacientes havia sido suspenso, ocasionando a suspensão de alguns contratos, em virtude da pandemia do Covid-19, conforme estabelecido na Lei Complementar nº: 425/2020. Os atendimentos foram retomados em 15 de junho de 2020.

19 Despesas operacionais

	2021	2020
Serviços de vigilância e locação	(363)	(283)
Manutenção e conservação	(291)	(53)
Serviços terceirizados	(237)	(233)
Ajustes de inventários/estoques	-	(3)
Outras despesas operacionais, líquidas	(9)	(98)
	(900)	(670)

20 Resultado financeiro, líquido

	2021	2020
Receita financeira		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	38	7
	38	7
Despesa financeira		
Tarifas bancárias	(12)	(11)
Juros e multas	(3)	(3)
Outros	(3)	(1)
	(18)	(15)
Resultado financeiro, líquido	20	(8)

21 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de riscos financeiros

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, as políticas e os processos para manutenção e gerenciamento de risco.

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte ou instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhem em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios.

- **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras** - A Entidade possui aplicações financeiras em títulos de liquidez imediata que são realizadas em instituições financeiras tradicionais, consideradas de baixo risco.
- **Contas a receber - Contrato de gestão** - A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	2.664	1.739
Contas a receber – Contratos de gestão	3.205	3.700
Outros créditos	83	32
Total	5.952	5.471

Risco de liquidez

É o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são apresentadas a seguir:

31/12/2021	Fluxo de caixa contratual					
	Valor contábil	Total	Até 6 meses	De 7 a 12 meses	De 13 a 36 meses	Mais 36 meses
Passivos financeiros						
Fornecedores	40	40	40	-	-	-

31/12/2020	Fluxo de caixa contratual					
	Valor contábil	Total	Até 6 meses	De 7 a 12 meses	De 13 a 36 meses	Mais 36 meses
Passivos financeiros						
Fornecedores	65	65	65	-	-	-

Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Entidade e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundo de renda fixa.

Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros quando comparados aos valores contábeis apresentados na demonstração da posição financeira não apresentam variações, conforme quadro demonstrativo:

	<u>Valor contábil</u>		<u>Valor justo</u>	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	2.664	1.739	2.664	1.739
Contas a receber - Contrato de gestão	3.205	3.700	3.205	3.700
Outros ativos	83	32	83	32
Fornecedores	40	65	40	65

22 Isenção de tributos e contribuições

Imposto de renda e contribuição social

Em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 2 de setembro de 1975, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e artigo 195 da Constituição Federal.

COFINS

A unidade Entidade é isento do recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03.

Renúncia fiscal

Em atendimento à ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, a unidade Entidade apresenta a relação dos tributos objeto de renúncia fiscal para os exercícios findos em dezembro de 2021 e 2020:

- Incidentes sobre a receita (ISS, PIS e COFINS - regime cumulativo)
- Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL).

ISS sobre a receita (ISSQN)

A Entidade se enquadra nos pré-requisitos da Constituição Federal, nos termos do artigo 150, VI, “c”, aos quais as entidades sem fins lucrativos são imunes do Imposto Sobre Serviços (ISS).

Isenção de contribuição para a seguridade social

A Entidade se enquadra nos pré-requisitos instituídos pela Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, e Decreto nºs 3.039 e 4.327, de 28 de abril de 1999 e 8 de agosto de 2002, respectivamente. Assim, a Entidade é considerada isenta das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, quais sejam: cota patronal e demais contribuições a ela vinculadas – salário educação, SAT, INCRA, SENAC, SESC, SEBRAE, PIS e COFINS.

Em 27 de novembro de 2009, foi sancionada a Lei nº 12.101, que dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, alterando diversos procedimentos para a renovação do referido certificado. Uma das principais alterações refere-se à mudança do órgão responsável para análise e emissão do CEBAS. A partir de 1º de janeiro de 2010, o órgão responsável para análise do pleito da beneficência da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer - SPCC, passou a ser o Ministério da Saúde, uma vez que, conforme tal legislação, a alçada de responsabilidade do pedido de renovação da beneficência, se dá de acordo com a área de atuação da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer - SPCC.

23 Certificado de entidade beneficente de assistência social

O Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 88 de 19 de janeiro de 2018, deferiu a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), a Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer. A renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021.

Em dezembro de 2021 a Entidade protocolou o pedido de renovação do certificado junto ao Departamento de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde do Ministério da Saúde.

A Entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei nº 12.101/2009, chamada “Lei da Filantropia”, e às demais regulamentações vigentes, quanto à obrigatoriedade de apresentar tempestivamente, a cada triênio, o relatório de atividades e os demais documentos exigidos pela referida legislação. A Entidade vem ofertando 100% (cem por cento) dos seus serviços de saúde ao SUS.

24 Cobertura de seguros

A Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer – SPCC na qualidade de gestora do contrato é responsável pela indenização de danos decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados, bem como aos bens públicos móveis e imóveis objetos de permissão de uso, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis. A administração da Entidade mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Em 31 de dezembro de 2021, todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes e de alto risco estavam cobertos por seguros.

Entidade	Risco Assegurado	Vencimento final	Valor-limite envolvido
UPAE Belo Jardim	Incêndio e explosão	Julho de 2022	15.625

25 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2021 e 2020.

26 Eventos subsequentes

Prorrogação do contrato de gestão

Em março de 2022, por meio do 13º Termo aditivo, o prazo de vigência do contrato de gestão 005/2014 foi prorrogado por mais 02 (dois) anos, contados a partir do dia 03 de março de 2022 e com o termo final em 02 de março de 2024.

* * *

Filipe Costa Leandro Bitu
Superintendente Geral das Unidades Sob Gestão

Lindinalva Félix dos Santos
Contadora
CRC PE 018569/O-1